

OS DOCUMENTÁRIOS BAIANOS DAS DÉCADAS DE 1950 1960 E O ENSINO DE HISTÓRIA DA BAHIA, NA PERSPECTIVA DA COMPLEXIDADE.

Rafael Henrique Costa Santos de Jesus*

1. Educação e Ludicidade: Os desafios do uso da cinematografia nas aulas de História.

A assertiva de que “uma cabeça bem-feita vale mais do que uma cabeça cheia”, postulada por Montaigne, no século XVI, é um dos principais supedâneos para a Epistemologia da Complexidade, formulada por Edgar Morin. Para explicar o conceito de complexidade, Morin parte para a etimologia do termo complexo: “tecido em comum”. Nesse escopo, ele afirma peremptoriamente a vital necessidade de um paradigma cognitivo baseado na síntese dos saberes e não na separação analítica.

“Fazer bem a cabeça”, isto é, ajudar a organizar a cognição dos processos humanos é indubitavelmente um imperativo para os profissionais da Educação. Em um contexto histórico marcado por uma enxurrada informacional, a tarefa de engendrar mecanismos que possibilitem aos estudantes sistematizar tantas informações parece ser um hercúleo desafio.

A História, “ciência dos homens no tempo”, como bem formulou Marc Bloch, é necessariamente um campo complexo. A empreitada de “tecer conjuntamente” as diversas esferas que constituem as trajetórias dos seres humanos, nos mais diversos espaços, ao longo tempo, tem requerido dos professores a disposição para uma revisão profícua de suas metodologias de ensino.

A sistemática ruptura com aquele parâmetro autocrático e autoritário, baseado naquilo que Paulo Freire denominou de “concepção bancária da Educação”, isto é, a crença de que cabe ao docente “depositar” o seu conhecimento em uma sala de aula, vem sendo paulatinamente conquistada. O fomento aos debates e às interlocuções sobre os assuntos estudados convertem-se em uma interessante oportunidade de estímulo à autonomia discursiva dos estudantes.

Encontrar elementos lúdicos que estimulem os jovens a produzir conhecimento sobre os processos históricos é fundamental. A cinematografia é certamente um desses elementos. A boa utilização das películas, entretanto, nas aulas de História, requer a superação de alguns desafios atávicos.

* Mestrando em História - Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: rafahenriqq@gmail.com

O primeiro deles é a necessidade de convencer a esses jovens de que a introdução de um elemento lúdico como o cinema não implica na perda da seriedade no tratamento dos conteúdos em questão.

A vigência desse paradigma analítico e excessivamente separador dos saberes fomenta a falaciosa concepção de que uma prática pedagógica mais lúdica representa uma oportunidade de não trabalhar, já que supostamente ludicidade não combina com seriedade e a emoção deve ser separada da razão, especialmente quando se está realizando um exame crítico sobre a História.

Defenestrar a ideia de que a aula só ocorre quando o professor escreve o conteúdo no quadro e “ordena” que os estudantes o copiem porque “cairá na prova”, ainda no contexto contemporâneo, é uma difícil operação. A hegemônica vinculação da cinematografia com os parâmetros da Indústria Cultural engendram a noção de que a finalidade do cinema é apenas o entretenimento e o deleite estético. Logo, a preparação rigorosa de um plano de utilização dos filmes é de suma importância, para que a louvável iniciativa de uso dessa linguagem não seja confundida pela comunidade escolar como um meio de “não ministrar aulas”.

Associada a essa dificuldade de caráter cultural, os professores são muitas vezes compelidos a conviver com a impossibilidade de trabalhar com a linguagem audiovisual por conta de carências na infraestrutura escolar. Na Bahia, já há algum tempo, a Secretaria Estadual de Educação implantou nas escolas as TVs Pen Drive. Importantes suportes tecnológicos, esses aparelhos permitem que os profissionais da Educação possam exibir diversos conteúdos que ajudem a elucidar questões. Não há questionamentos sobre a relevância desses equipamentos. A grande problemática, todavia, é o paradoxo de algumas escolas que, por falta de uma reforma na rede elétrica, não possuem as condições adequadas para a instalação das TVs e as escolas, na prática, continuam com a mesma defasagem tecnológica, apesar de no discurso da Secretaria, estar presente a propaganda acerca do investimento feito na aquisição das televisões.

Desse modo, alguns professores continuam a disputar a tão afamada “sala de audiovisual”, que em alguns casos, resume-se a uma sala obsoleta, mal arejada, contendo uma televisão e um aparelho de DVD, isso é claro, quando essa sala não está ocupada por alguma turma.

À revelia de todas essas intempéries, o entusiasmo estudantil em face à possibilidade de assistir a um filme histórico, seja ele um filme ficcional épico ou mesmo um documentário é sempre grande. Usufruir dessa empolgação, entretanto, como já foi explicitado, requer uma elevada dedicação heurística.

Nesse artigo, pretendemos apresentar sucintamente algumas das potencialidades pedagógicas de um conjunto de documentários, produzidos por cineastas baianos, durante as décadas de 1950 e 1960. Tais produções, feitas sob encomenda, à época, colaboram enormemente com a nossa tentativa de reconstrução complexa da História da Bahia e do Brasil.

Entre muitos documentaristas, escolhemos nesse trabalho fazer uma menção especial a dois: Oscar Santana e Leão Rosemberg.

2- Documentários e Documentaristas: Fontes para a História.

2.1 – Oscar Santana e SANI Filmes.

A história da cinematografia ficcional baiana é bastante rica. Ao longo do tempo, vem despertando o interesse de inúmeros pesquisadores. Uma miríade de dissertações de mestrado e teses de doutorado já foi escrita sobre o cinema da Bahia, em especial sobre o contexto do Ciclo de Cinema Baiano (1958 – 1962).

O Ciclo de Cinema foi realmente um período muito auspicioso. Foi nessa conjuntura que emergiram filmes como “Redenção”, primeiro longa-metragem baiano, dirigido e roteirizado pelo cineasta Roberto Pires, além do famigerado Barravento, de Glauber Rocha.

Não menos relevante é a história da cinematografia documental do estado. Nesse contexto do ciclo de cinema, inclusive, importantes transformações econômicas na Bahia e no Brasil foram brilhantemente registradas pelas lentes dos documentaristas baianos.

Alguns desses cinegrafistas tiveram estreito vínculo com os longas-metragens produzidos durante o Ciclo de Cinema. É o caso de Oscar Santana.

Oscar Santana, estudante de Contabilidade na Universidade Federal da Bahia nos anos 1950, foi um dos sócios fundadores da Iglu Filmes (Produtora cinematográfica de Redenção e Barravento).

Lá pelos idos de 1957, juntamente com os cineastas Élio Braga Neto e Roberto Pires, Oscar Santana fundou a Iglu, cujo projeto precípua era a realização do longa-metragem Redenção. A necessidade, contudo, de fomentar mecanismos de sobrevivência financeira para a produtora levou esses jovens a produzir cinejornais.

Os cinejornais eram pequenos documentários, com o formato de reportagem jornalística, exibidos nas salas de cinema, antes da película em cartaz. Registravam, em geral, acontecimentos políticos, como recepções a estadistas e principalmente execuções de obras, em uma conjuntura na qual signo do desenvolvimentismo ecoava grandiloquentemente.

Nessa década, o Governo Federal mantinha o Cinejornal Informativo, cuja origem remontava ainda ao Cinejornal Brasileiro, produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), durante o Estado Novo Vargasista.

O governo Getúlio criara um boletim informativo cinematográfico que circulava no Brasil, em especial, veiculando as imagens ufanistas, como as dos desfiles do Sete de Setembro, das comemorações do Primeiro de Maio, além das imagens de exaltação ao Ministério da Educação, criado em 1930, pelo próprio Getúlio Vargas.

Vale à pena mencionar a Edição número 120, de 1940, intitulada “Confiado à Juventude Brasileira os Sagrados Destinos da Pátria”, na qual o cinejornal exibia a homenagem que as estudantes da Escola Normal do Rio de Janeiro fizeram à sua Excelência, o ministro Gustavo Capanema. O tom pomposo da narração, associado à integração imagética das jovens em formação à presença fortificada do Estado Novo, personificada na figura do ministro, sugeria ao público espectador a ideia de progresso futuro, atrelada principalmente ao discurso de que o estado brasileiro enfim fornecia à juventude a formação adequada para uma nação que se pretendia futuramente forte.

Com a derrocada do Estado Novo, em 1945, o Cinejornal Brasileiro, signo da “Ditadura Vargasista” foi encerrado. O estado então passou a produzir o Cinejornal Informativo que, do ponto de vista da linguagem cinematográfica, pouco diferia do anterior. Permanecia o mesmo tom pomposo e grandiloquente das narrativas, além dos enquadramentos imagéticos muito parecidos. Ademais, a mesma recorrência temática. Como sempre, a pauta cinejornalística era as ações do estado brasileiro, em especial do presidente de República.

Na conjuntura de fundação da Iglu Filmes, presidia o Brasil, Juscelino Kubitschek. A exaltação panegírica a suas obras era uma das principais tônicas do Cinejornal Informativo, nesse contexto. A edição número 20, de 1958, intitulada “Brasília 1958”, elucida bem esse ponto. Nessa reportagem, o Cinejornal informativo expõe o adiantamento das obras na “futura” capital federal, assinalando o trabalho “diuturno” do presidente, para que a cidade pudesse ser concluída. As tomadas aéreas, em especial, do Palácio do Planalto e do Catetinho, onde o presidente se hospedava “para melhor acompanhar o desenvolvimento das construções”, sinalizavam o demiúrgico esforço empreendido pelo chefe de estado para a concretização daquela obra.

A Iglu, como produtora local, dedicou-se a produzir reportagens desse gênero, sempre com a finalidade de vendê-las para atores políticos regionais, já que nem sempre o Cinejornal Informativo Nacional contemplava questões baianas. Evidentemente que não só a

Política foi pauta para esses cinejornais. Temas concernentes a elementos da cultura baiana foram demasiadamente contemplados por esses cinegrafistas. Entre muitos trabalhos, os cineastas da Iglu Filmes, em 1959, produziram uma interessante reportagem sobre a vitória do Esporte Clube Bahia contra o Vasco da Gama, nas semifinais da Primeira Taça Brasil, da qual o time se sagrou campeão.

Certamente esse documentário poderia se converter em uma excelente oportunidade lúdica, em especial, na cidade de Salvador, na qual o gosto pelo Futebol e pelos dois principais clubes (Bahia e Vitória) é bastante acentuado. Atenuando-se os possíveis chistes feitos pelos torcedores do Bahia, documentários como esses permitiriam uma aproximação do conteúdo histórico às idiossincrasias de alguns estudantes. Às vezes, quando a temática histórica é “depositada” de forma muito sisuda e austera, perde-se a oportunidade de demonstrar como os contextos históricos estão repletos de experiências humanas bastante próximas às vividas pelos próprios jovens. Valeria à pena, por exemplo, evidenciar que a conjuntura da Primeira Taça Brasil é a mesma da construção de Brasília, já que, na Bahia, muito se fala sobre esse famigerado título, conquistado pelo clube.

Oscar Santana e a equipe da Iglu Filmes também realizaram a cobertura da inauguração de Brasília, em 1960. O cinejornal contendo as imagens da cerimônia foi exibido um dia depois, nas salas de cinema de Salvador, constituindo o primeiro grande furo jornalístico, desses jovens documentaristas.

Infelizmente o que se tem hoje dessas duas produções é somente a lúcida memória de Oscar Santana, além das notícias na Imprensa da época sobre a exibição desses vídeos. Parte significativa da produção cinematográfica dos primeiros anos da Iglu Filmes se perdeu.

Em entrevista com o cineasta, nos foi fornecidos alguns detalhes desse processo. Em verdade, em 1961, ele saiu da Iglu Filmes e fundou outra produtora: A SANI Filmes, existente até os dias atuais. Nessa saída, parte relevante do acervo permaneceu com os outros sócios, tendo depois se perdido.

Já o acervo constituído por ele, a partir das operações na SANI Filmes, continua quase todo preservado. Vale ressaltar que nesse ano o cineasta iniciou um interessante trabalho de catalogação desse material, o que poderá gerar bons frutos para os pesquisadores interessados nessa interface do cinema com a História.

Trata-se de um opulento acervo documental, que permite diversificadas imersões na História da Bahia e do Brasil, a partir de 1961.

A SANI Filmes era indubitavelmente, no período, a principal produtora local de cinejornais. Nesse sentido, foram inúmeros trabalhos desenvolvidos tanto a pedido de

prefeitos, governadores e outros entes governamentais, como a CEPLAC (Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira), como de grupos empresariais em plena ascensão econômica, como a Odebrecht.

Em relação à Odebrecht, Oscar mencionou, em entrevista, a enorme quantidade de registros audiovisuais feitos por encomenda à empresa. Pode-se dizer que, do ponto de vista da comunicação empresarial, a atuação da SANI junto à empreiteira é um importante marco. O cineasta comentou que introduziu na empresa a cultura do vídeo tape, como recurso de apresentação do portfólio da organização.

O que nos interessa aqui, como historiadores e professores de História, não é evidentemente uma reconstrução da trajetória da hoje Multinacional Odebrecht. Seria até de grande valia para a organização que alguém se preocupasse em resgatar esses vídeos, como forma de recontar a história da empreiteira.

Para nós, interessa o registro das transformações econômicas pelas quais passavam a Bahia e o Brasil, nos anos 1960. O discurso do nacional-desenvolvimentismo pode ser claramente melhor elucidado a partir de documentários como esses que a SANI produzia para a empresa.

O documentário engendra um tipo de imersão muito mais complexa na conjuntura histórica estudada, do que uma simples mensagem escrita no quadro. Ora, faz bastante diferença na vida de um estudante, a possibilidade de além de ouvir do seu professor a informação relativa à construção de Brasília por um tal presidente chamado Juscelino Kubitschek, poder assistir à reportagem do Cinejornal Informativo, na qual o presidente de “carne e osso” pode ser visto, caminhando entre os tratores que constroem a cidade.

É nessa direção que estamos hoje tentando elaborar um projeto que viabilize a transposição do acervo da SANI Filmes para um tipo de mídia mais acessível. Através do Centro de Memória, da Fundação Pedro Calmon (Fundação vinculada à Secretaria Estadual de Cultura da Bahia), pretende-se constituir um acervo público para esse material. Acreditamos que vários projetos de pesquisa podem surgir a partir da investigação dessas imagens, tendo em vista que elas recontam um período bastante emblemático da história baiana.

Um grande exemplo disso é a possibilidade de reconstrução da História urbanística de Salvador, através do trabalho desse cinegrafista, durante a década de 1960. Oscar Santana e a equipe da SANI Filmes documentaram as grandes transformações pelas quais passou o sistema viário da cidade de Salvador, especialmente a partir do Governo de Luís Vianna Filho, no qual emergia para o estado a figura de Antônio Carlos Magalhães, como prefeito

biônico. Grandes obras, sob o aval dos militares, foram executadas na capital baiana. Importantes avenidas, pelas quais muitos soteropolitanos hoje passam foram construídas nesse momento.

O mandato de Antônio Carlos Magalhães, avalizado pelo Presidente Humberto Castelo Branco, foi a expressão mais emblemática do desenvolvimentismo dos governos militares na capital baiana. Entre os anos de 1967 e 1970, a cidade converteu-se em um verdadeiro “canteiro de obras”.

A nosso ver, os cinejornais da SANI Filmes, produzidos nesse contexto para propagandear as ações do prefeito, podem perfeitamente cumprir uma função pedagógica, nas aulas sobre História da Bahia e do Brasil. Compreender o Carlismo, como expressão política que exerceu enorme influência sobre o estado e sobre o país, nos últimos 40 anos, requer um recuo a esse período, quando o então jovem deputado federal Antônio Carlos Magalhães assumia o executivo municipal baiano.

As imagens reiteradas das diversas pontes, avenidas e praças construídas em grande medida expressam a cultura política de um tempo, no qual o imperativo era impressionar a população com obras faraônicas. Temos plena convicção de que os cinejornais da SANI Filmes engendram a mais complexa cognição acerca do discurso desenvolvimentista militar. Discurso esse que ajudam a explicar o sucesso político de alguns gestores municipais nesse momento, como Antônio Carlos Magalhães, em Salvador e Paulo Maluf, em São Paulo, também notabilizado por ter feito “grandes obras” na Paulicéia.

2.2 – Leão Rosemberg

Leão Rosemberg era um dos mais prestigiados fotógrafos de Salvador. Foi também um exímio cinegrafista, sempre requisitado pelas autoridades locais para fazer tanto os registros fotográficos, quanto os registros audiovisuais dos eventos políticos.

Foi assim, em 1948, quando o presidente Eurico Gaspar Dutra, foi recepcionado pelo então governador da Bahia, Octávio Mangabeira. A festa ocorrera no tradicional Clube Bahiano de Tênis e fora documentada pelo cineasta.

Octávio Mangabeira é sem sombra de dúvidas um dos nomes mais citados da Política Baiana. Foi um dos principais adversários políticos de Getúlio Vargas, o que lhe custou o exílio durante alguns anos do governo do presidente. Em 1945, com a derrocada, retoma a sua vida política no estado e em 1947, elege-se governador da Bahia. O seu governo é emblemático, em especial, por conta da atuação do seu secretário de Educação, Anísio Teixeira.



Um registro audiovisual como esse, realizado em 1948, fomenta uma percepção muito mais acurada da Política no pós Estado Novo Vargasista. Permite especialmente, que os discentes percebam os alinhamentos entre política local e política nacional, já que estamos habituados a lecionar a História a partir dos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nada como a exibição de uma festa como essa, promovida no famoso Clube Bahiano de Tênis, situado no também famoso bairro da Graça, para que se possa evidenciar o protagonismo de alguns atores políticos baianos, nesse contexto.

Já na década de 1950, quando Getúlio Vargas retorna à Presidência da República, o Brasil vivencia uma retumbante campanha em prol da nacionalização do Petróleo. O governo nacionalista de Getúlio inicia as articulações políticas para a estatização da exploração da matéria-prima, resultando na fundação da Petrobrás, em 1953.

O Recôncavo Baiano foi, durante três décadas, o principal espaço de operações da Petrobrás. Em verdade, pode-se dizer que a Petrobrás modificou o panorama da economia baiana. A partir dela se engendrou todo o processo de industrialização do estado, em especial, com a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, a posteriori. Nesse escopo, é fulcral resgatar a história da implantação da empresa, como meio de entender todo o soerguimento das atividades econômicas no estado e no Brasil, já que o discurso em jogo, na conjuntura, era o da soberania nacional.

É justamente esse momento incipiente das atividades da estatal que o cinegrafista registrou. Rosemberg produziu um acervo indelével sobre os primórdios da Petrobrás. Em 1956, pouco mais de 2 anos após a fundação da estatal por Getúlio Vargas, Rosemberg filma o documentário o “Engenheiro do Petróleo” e dois anos depois, em 1958, ele filma “Petrobrás – 4 anos de êxito” e “Mataripe – obras de ampliação”.

São muitas as famílias baianas, cujos pais, tios ou avós trabalharam na implementação da Petrobrás, de modo que a exposição dessas imagens, associada à memória social das famílias que presenciaram esse momento, pode representar uma profícua oportunidade de interesse investigativo para esses jovens.

A visualização do funcionamento dos primórdios do funcionamento da empresa fornece acima de tudo a possibilidade de se realizar em na sala de aula uma história social do trabalho. A possibilidade de vislumbrar os operários da Petrobrás, no Recôncavo, pode propiciar aos estudantes a oportunidade de olhar para a história desse período para além de Getúlio Vargas e seu furor nacionalista. Não que seja desnecessário contextualizar a conjuntura macro política, mas a necessidade de contar a trajetória dos trabalhadores que

construíram essa empresa é nevrálgica, ainda mais na cidade de Salvador, que foi profundamente influenciada pelo enorme fluxo migratório decorrente da instalação da estatal no Recôncavo.

O documentarista realizou também o filme “Das Palavras aos fatos”, sobre a gestão do governador Antonio Balbino (1955 – 1959). Nesse vídeo, entre muitas obras, é destacada a construção da estrada Salvador – Feira de Santana. Com o formato muito parecido com o do Cinejornal Informativo descrevendo Juscelino Kubistchek, o documentário expõe o gestor baiano caminhando pela estrada, em construção, como uma espécie de “fiscalizador da obra”. Feira de Santana é a segunda maior cidade da Bahia e a estrada que a liga a Salvador é extremamente importante para a economia do estado.

O estudo dessas imagens, a nosso ver, pode ajudar a significar melhor os diversos espaços constitutivos da vida cotidiana das pessoas. Acima de tudo, ajuda a refletir sobre a interação desses espaços com elementos da macro política, já que todas essas obras documentadas (da Petrobrás ou estradas) estão relacionadas com um contexto político maior. Certamente esse é o maior desafio pedagógico: estabelecer as inunções entre a micro e a macro História, a fim de demonstrar o entrelaçamento do cotidiano das pessoas com os processos.

Por fim, é interessante, entre outros diversos trabalhos por Rosemberg desenvolvidos, falar sobre o registro da reinauguração do Teatro Castro Alves (TCA), em Salvador, em 1967. Na cerimônia de reabertura da praça de espetáculos, o então governador Lomanto Júnior recebeu o Presidente Humberto Castelo Branco e o Chefe do Gabinete Civil, Emílio Garrastazu Médici.

A imagem dos dois militares aqui, juntamente com o governador do estado, oferece aos historiadores a chance de realizar inúmeras ilações sobre a “cordial” convivência da elite política da Bahia com os militares, especialmente quando pensamos que o governador Lomanto Júnior permaneceu no Governo depois do Golpe em 1964, diferentemente do seu colega pernambucano, Miguel Arraes, que fora defenestrado no exato contexto do Movimento de 1964. O TCA, símbolo da cultura baiana e palco para diversos artistas nacionais e estrangeiros, pode também ser pensado como um espaço da Política, corroborando a tese de que cultura, economia e política se tecem conjuntamente.

Como se percebe, não são poucas as possibilidades de utilização desses documentários. Talvez, àquela altura, nem Oscar Santana, nem Leão Rosemberg, imaginassem a relevância histórica dos seus trabalhos. Pode-se dizer que eles compartilharam com a posteridade aquilo que puderam ver.

3- Fontes:

3.1 Oscar Santana

Arquivo SANI FILMES (Rua Aracaju, 173, Jardim Brasil, Salvador).

- a) Viaduto Sobre a Avenida Garibaldi. PMS / SANI Filmes, 1969.
- b) Cardeal da Silva é Avenida em Salvador. PMS / SANI Filmes, 1969.
- c) Jardim dos Namorados. PMS / SANI Filmes, 1969.
- d) Av. Luís Viana Filho. PMS / SANI Filmes, 1970.

Entrevistas feitas com o cineastas, na Sede da SANI Filmes.

3.2 Leão Rosemberg:

Cinemateca Brasileira (Largo Senador Raul Cardoso, 207 - Vila Clementino, São Paulo).

- a) Homenagem ao Presidente Dutra no Clube Bahiano de Tênis. Leão Rosemberg, 1948.
- b) Engenheiro do Petróleo. Leão Rosemberg, 1956.
- c) Petrobrás – 4 anos de êxito. Leão Rosemberg, 1958.
- d) Mataripe – Obras de Ampliação. Leão Rosemberg, 1958.

Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB (Rua Pedro Gama, 413 - Federação Salvador – BA).

- a) Das Palavras aos Fatos. Leão Rosemberg, In Salvador em Película, TVE Bahia, 1999.

4 – Referências

ALMEIDA, Gilberto Wildberger de. Política e mídia na Bahia (com ênfase na trajetória de Antônio Carlos Magalhães). Salvador, Faculdade de Comunicação - UFBA, 1999 (tese de doutorado).

BENJAMIM, Walter. A obra de arte na época da sua reprodutibilidade técnica. In: Magia e Técnica, arte e Política. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 165 – 196.

BIZELLO, Maria Leandra. Imagens Otimistas: Representações do desenvolvimentismo nos documentários de Jean Manzon – 1956 – 1961, Campinas, UNICAMP, 1995 (dissertação de mestrado).

CARVALHO, Maria do Socorro Silva. Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956 – 1961), Salvador, EDUFBA, 1999.

CARVALHO, Maria do Socorro Silva. A nova onda Baiana: cinema na Bahia (1958-1962) – Salvador, EDUFBA, 2003.

CHARTIER, Roger. A história cultural entre praticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

DANTAS NETO, P. F. Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). 1. ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERRO, Marc. Cinema e historia. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GÓIS, Alexis. Roberto Pires: inventor de cinema, Salvador, Assembleia Legislativa, 2009.

MORIN, Edgar, A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento / Edgar Morin; tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SIQUEIRA, Daniela Giovanna. Cenas de um Horizonte Político: O ano de 1963 e a produção de cinejornais a serviço de uma administração municipal na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, UFMG, 2007 (dissertação de mestrado).